

# Introdução

**Andréa Zhouri e Matheus França<sup>1</sup>**

Esta coletânea é resultado do Seminário *Diversidade, Territórios e Meio Ambiente: 120 dias de reconstrução da democracia*, realizado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), nos dias 3 e 4 de maio de 2023, no Auditório da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em Brasília/DF.<sup>2</sup> Além da participação de pesquisadores e pesquisadoras do campo da Antropologia, o evento contou com exposições de representantes do governo federal, de membros da Procuradoria Geral da República, de representantes de entidades da sociedade civil e de integrantes de movimentos sociais, que refletiram sobre a conjuntura política e sociocultural no contexto daqueles 120 dias de novo governo do país. Interessava, sobretudo, analisar as pressões e os desafios que perpassavam, e ainda perpassam, a garantia dos direitos fundamentais na sociedade brasileira, considerando, especialmente, os efeitos das antipolíticas herdadas dos dois governos anteriores.

De maneira especial, o Seminário e este livro registram o compromisso assumido pela gestão 2023-2024 da ABA de juntar-se às iniciativas

---

1 Andréa Zhouri é Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais e presidente da Associação Brasileira de Antropologia (Gestão 2023-2024). Matheus França é doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Goiás e bolsista pós-doc na Associação Brasileira de Antropologia (2023-2024).

2 O evento contou com os seguintes apoios: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB), Fundação Ford. Seu registro em audiovisual pode ser conferido na íntegra pela TV ABA, canal da Associação no YouTube: <https://youtube.com/playlist?list=PLrQSUafHHXYyhTan1bOqfCEOJP9RVNzGa&si=RcEZuLTkdQuAPXe>. Acesso em: 29/02/2024.

dedicadas à recomposição do Estado Brasileiro, com vistas a torná-lo efetivamente plural, justo e democrático, particularmente diante do desmonte das instituições do país e da ausência ou ineficácia generalizada das políticas públicas voltadas para a ciência, a educação, a saúde, o meio ambiente, entre outras, verificadas no governo passado. A partir do campo delineado pela expertise antropológica, intentamos contribuir para avanços naquilo que constitui uma marca histórica da ABA: a conjugação da sua prática técnica e científica com a defesa dos direitos fundamentais, objetivados como direitos étnicos, culturais e sociais.

De fato, a atuação de associados e associadas da ABA tem, há muito, servido como um importante instrumento de sustentação técnica e científica de ações levadas a efeito nas esferas jurídica, legislativa e institucional, visando à defesa dos direitos reconhecidos aos povos indígenas e tradicionais, às comunidades quilombolas e aos demais sujeitos vulnerabilizados pelo processo histórico de construção da nação brasileira.

Na esteira desse espírito, que tanto tem alimentado a nossa Associação ao longo de sete décadas de existência, propusemos a realização do Seminário de forma presencial, em Brasília, centro do governo do país, em uma perspectiva comprometida com a interseccionalidade. Procuramos construir painéis mistos, como condição de produção de um debate colaborativo sobre saúde, educação, ações afirmativas, meio ambiente, povos tradicionais e indígenas, assim como sobre o tema da violência. Como horizonte norteador, indagávamos como a Antropologia e as Ciências Humanas, de maneira geral, poderiam contribuir não apenas para desenhar caminhos de reconstrução, mas para apresentar alternativas comprometidas com a diversidade sociocultural e étnico-racial da nossa sociedade. Buscávamos, assim, compreender processos que poderiam colaborar para forjar princípios e ações alicerçadas na justiça ambiental e territorial, na segurança climática e no reconhecimento dos direitos já consagrados pela Constituição do país.

Para os representantes governamentais presentes no evento, indagamos sobre os desafios encontrados naqueles primeiros 120 dias de governo,

assim como as estratégias vislumbradas para contornar dificuldades e elaborar políticas construtivas e inovadoras. Às representações de movimentos sociais e entidades da sociedade civil, solicitamos análises a partir das situações vivenciadas e suas expectativas em torno de políticas públicas que pudessem solucionar problemas, alavancar sonhos e perspectivas de uma vida digna e melhor.

Entre outras questões que nos moveram, havia também a necessidade de compreender como o desejo de desenvolvimento, vislumbrado a partir de escolhas macroeconômicas competitivas e comprometidas com o mercado internacional, poderia se casar com o compromisso assumido pelo novo governo em torno do reconhecimento dos direitos territoriais indígenas, de povos tradicionais e comunidades quilombolas, assim como do enfrentamento à crise ambiental e climática; que efeitos tal casamento poderia produzir, de fato, para o futuro dos povos e da humanidade, de maneira geral, no longo tempo. No curto prazo, tínhamos em mente a necessidade de enfrentar o clima de ódio que alimentava (e ainda alimenta) o incremento do racismo, do feminicídio, do ecocídio, da LGBTI+fobia, entre outros processos violentos de ataque à vida, à diferença e à pluralidade das formas de existência na sociedade contemporânea. Ainda sob os efeitos do assombroso assalto aos prédios das instituições governamentais e de justiça em Brasília, ocorrido em 8 de janeiro de 2023, indagávamos, afinal, sobre as maneiras de se defender e promover, de fato, a democracia.

Seguindo a lógica organizativa das mesas redondas que compuseram o Seminário, este livro está organizado em torno dos cinco eixos temáticos correspondentes, a saber: 1) (Re)Conquistando o Direito à Saúde; 2) Meio Ambiente, Territórios Tradicionalmente Ocupados e Desenvolvimento; 3) Políticas de Proteção Territorial Indígena; 4) Educação, Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade; 5) Fazendo Face à Violência.

Os capítulos resultam das exposições realizadas no evento, as quais passaram por um processo de transcrição, com a subsequente revisão e aprovação por parte de cada autor/a. Nesse sentido, é importante frisar que foi mantido, na versão final dos textos, o caráter de oralidade próprio de

apresentações feitas ao vivo. Aproveitamos para agradecer aos autores e às autoras pela dedicação e pela generosidade em construir este projeto coletivo, que significa não apenas um registro escrito das reflexões desenvolvidas no Seminário, mas também uma forma de produção de conhecimento engajado, que se soma aos esforços de construção de políticas públicas relevantes, sustentáveis, eficazes e baseadas em direitos fundamentais preconizados na Constituição brasileira.

Na primeira parte, dedicada ao tema da saúde, contamos com as contribuições de Lia Zanotta Machado (Universidade de Brasília), Michele Pires Lima (Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas – ASSOTRAM e PPGH/UFAM) e Noemi Maria Barbosa (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos e Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará – Malungu). As autoras trazem para o debate questões relativas aos direitos reprodutivos, à saúde das mulheres e da população LGBTI+ (em especial a população travesti e transexual do Amazonas), além de experiências em torno da saúde de comunidades quilombolas no Pará.

A segunda parte está organizada em torno dos debates sobre o meio ambiente, o desenvolvimento e os territórios tradicionalmente ocupados. As reflexões são conduzidas por Rodrigo Augusto Lima de Medeiros (Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima), Samuel Caetano Leite (Centro de Cultura Alternativa do Norte de Minas e Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais) e Deborah Bronz (Universidade Federal Fluminense e ABA). As abordagens se concentram, sobretudo, nas questões ligadas ao licenciamento ambiental, aos protocolos de consulta a povos e comunidades tradicionais, aos desafios engendrados pelas mudanças climáticas do ponto de vista das pessoas que vivem em territórios tradicionalmente ocupados e à construção de políticas públicas que prometem o equilíbrio entre o desenvolvimento e a garantia constitucional dos direitos de povos e comunidades tradicionais.

As políticas de proteção territorial indígena são o tema da terceira parte, composta pelas contribuições de Alexandra Barbosa da Silva (Universidade Federal da Paraíba e ABA), Paulo Machado Guimarães (advogado associado ao Centro de Trabalho Indigenista e à Associação dos Advogados e das Advogadas pela Democracia), Kleber Karipuna (Coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB) e Elaine Moreira (Universidade de Brasília e Comissão de Assuntos Indígenas da ABA). Os principais pontos dizem respeito à defesa dos direitos constitucionais dos povos indígenas, com foco nos desafios à garantia da proteção territorial, em especial no que tange à tese do Marco Temporal e à política indigenista de forma geral, sobretudo em relação ao papel da FUNAI e do novo ministério criado, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

Na quarta parte, as reflexões sobre educação e ações afirmativas são realizadas por Maria Teresa Gonzaga Alves (Universidade Federal de Minas Gerais e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep), Rosilene Cruz de Araújo Tuxá (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Ministério da Educação), Vera Rodrigues (Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Comitê de Antropólogos/as Negros/as da ABA) e Luciana de Oliveira Dias (Universidade Federal de Goiás e Comitê de Antropólogos/as Negros/as da ABA). O foco das análises compreende os esforços para a garantia da implementação e da continuidade das ações afirmativas para indígenas e pessoas negras, mas também reside na reflexão sobre educação escolar indígena e nas desigualdades educacionais existentes desde a educação básica.

Por fim, a quinta e última parte desta coletânea, com foco na temática da violência, conta com as análises de Adriana Vianna (Museu Nacional/UFRJ e Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal da ABA), Luciano Mariz Maia (Universidade Federal da Paraíba e Subprocurador-Geral da República), Flávia Medeiros (Universidade Federal de Santa Catarina e Comissão de Direitos Humanos da ABA), Iza Jakeline Barros da Silva (Agenda Nacional pelo Desencarceramento, Articulação Nacional

de Familiares do Cárcere e Frente Estadual pelo Desencarceramento em Sergipe) e Osmundo Pinho (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Diretor Nordeste da ABA).

No conjunto das reflexões, é possível identificar o delineamento de três linhas gerais: 1) os efeitos e as consequências danosas da gestão federal entre 2019 e 2022; 2) os desafios enfrentados naquele momento de transição, assim como nos primeiros meses do novo governo; 3) algumas propostas e caminhos a serem percorridos dali em diante. Esperamos que a leitura do livro forneça elementos para se pensar a formulação e a implementação de políticas públicas que respeitem a diversidade humana, a pluralidade de corpos e das formas de expressão das subjetividades, os direitos constitucionalmente reconhecidos, com a promoção da justiça social e ambiental a sujeitos e povos historicamente discriminados e minorizados.